RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

O ANO DA ESTRATÉGIA +

Unimed Maceió

01 RELATÓRIO DE GESTÃO

02 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 2022

03 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

04 PARECER CONSELHO FISCAL

05 TERMO DE RESPONSABILIDADE ATUARIAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições estatutárias vigentes, a administração da Unimed Maceió – Cooperativa de Trabalho Médico submete à apreciação dos seus cooperados, clientes e terceiros, o Balanço Patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhado das Notas Explicativas, Relatório da Administração, Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem como objetivo prestar contas à sociedade e interessados em geral, atendendo ao compromisso de uma política de transparência de ações adotadas pela Administração, representada pelos seus Diretores Executivos.
A estrutura da Diretoria hoje é composta pelo Presidente e pelos Diretores Administrativo-financeiro, Operacional, Comercial e de Desenvolvimento Médico Social e 03 (três) Conselheiros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS:

O Conselho de Administração – CONAD da Cooperativa definiu, em reunião com os seus membros, definiu apresentar na Assembleia Geral Ordinária – AGO, que as perdas apuradas no exercício de 2022 foram amortizadas integralmente pelo "Fundo de Reserva" conforme previsto na Lei 5.764/71.

REPRESENTATIVIDADE NACIONAL

O **Fundo de Investimento Imobiliário (FII)**, criado para construção do nosso Hospital de Alta Complexidade, se transformou no Fundo de Investimento Unimed InvestCoop Nacional, como parte de um grande projeto estratégico do Sistema Unimed, para uma união nacional de forças. A mudança fortalece o investimento e amplia a capacidade de captação de recursos para a obra.

ESTAMOS EM CONSTRUÇÃO

O Hospital de Alta Complexidade saiu do papel para a execução, com o início das obras no mês de outubro. O plantio da Árvore Fundamental simbolizou esse momento.

A entrega do empreendimento está programada para 2024.

EM EXPANSÃO

Atendendo à necessidade dos beneficiários pela descentralização geográfica da oferta de atendimento laboratorial, e dentro da estratégia definida por nosso Plano Diretor, iniciamos a expansão do Centro de Diagnóstico Unimed na Sede Administrativa. O primeiro posto de coleta do Serviço foi aberto na Sede Administrativa da Cooperativa. A unidade oferece diferenciais para clientes de Ginecologia e Obstetrícia, como pulseira antináusea e venoscópio, além do agendamento de exame de citologia e coleta de secreção vaginal. O bairro da Jatiúca também receberá um posto de coleta, cuja estrutura está em fase de finalização.

Além disso, uma reforma na recepção do CDU irá otimizar o fluxo dos pacientes dos serviços de imagem e laboratório.

MOMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

Iniciada em 2017, a construção de uma gestão mais participativa, profissionalizada e com foco na sustentabilidade e perenidade da Unimed deu um passo importante com a aprovação, em Assembleia Geral Extraordinária, de mudanças no Estatuto Social, para implantação de novas competências, critérios e estrutura da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

O papel do Conselho de Administração será aprimorado, passando a ser mais estratégico, como instância decisória, de monitoramento e controle do Planejamento Estratégico. Para difundir esse novo conceito entre o corpo de cooperados, foi criado o Curso de Formação para Conselheiro de Administração, cuja primeira turma acontece em 2023 e que passa a ser pré-requisito à candidatura ao Conselho em 2025.

Com a mudança de competências, a Diretoria Executiva contará com profissionais de mercado, com amplo conhecimento de gestão e dedicação exclusiva. Essas modificações, que foram apresentadas aos cooperados em workshops e colocadas para consulta pública, permitirão um aumento na nossa competitividade no mercado.

Confira abaixo indicadores econômico-financeiros que são monitorados pela Unimed do Brasil e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO 2022

Página 1

UNIMED MACEIó

NOVEMBRO DE 2022

DADOS CADASTRAIS

HIERARQUIA 2:	974 - UNIMED NORTE/NORDESTE	MUNICÍPIO SEDE:	MACEIó
HIERARQUIA 3:	983 - UNIMED ALAGOAS	ESTADO:	AL
CóDIGO UNIMED:	65	REGIÃO:	NE
CóDIGO ANS:	327689	Nº DE COLABORADORES:	1.579
TIPO COOPERATIVA:	SINGULAR	Nº DE MÉDICOS COOPERADOS:	1.603
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS:	129.140	PORTE:	Grande - Acima de 100 mil

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E NÍVEL DE ATENÇÃO - CONFORME NORMA DERIVADA 11

INDICADORES	INDICE	VALOR	PONTOS		PARAMETROS	
ILC - Índice de Liquidez Corrente	1,57	127.490.121	25		>= 1,2	25
ISL - Índice de Lastro	109,6%	11.294.828	25		>= 100%	25
ICR - Índice de Capital Regulatório	73,5%	-41.522.457	0		>= 100%	18
MRL - Margem de Resultado Líquido	0,1%	740.110	1		>= 2%	10
ISV - Índice de Vínculo	156,6%	46.407.051	2		>= 100%	2
ICA - Índice Combinado Ampliado	0,958		15		<= 0,97	15
IEG - Índice de Endividamento Geral	70,5%		2		<= 65%	5
		Pontuação	70			
		Classificação	Alerta			

NÍVEL DE ATENÇÃO - ANEXO II
NÍVEL I

Níveis de atenção anteriores		
ago/22	set/22	out/22
NÍVEL I	NÍVEL I	NÍVEL I

Conforme Art. 2º, Parágrafo 1º, da Norma Derivada 11, fica a UNIMED MACEIó notificada a partir do recebimento deste relatório da classificação no NÍVEL I conforme disposto no Anexo II da mesma norma. O detalhamento da classificação no NÍVEL I encontra-se no Anexo deste relatório.

EVOLUÇÃO INDICADORES NORMA DERIVADA 11

Indicadores - Norma Derivada 11		dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
ILC - Índice de Liquidez Corrente	Índice	1,56	1,60	1,56	1,52	1,49	1,51	1,47	1,48	1,49	1,52	1,60	1,57
	Valor	114.423.011	118.351.051	116.250.790	107.810.472	103.092.628	105.650.029	100.846.901	101.365.296	104.332.631	120.292.902	128.851.015	127.490.121
ISL - Índice de Lastro	Índice	110,9%	116,9%	113,5%	105,6%	108,0%	112,7%	111,9%	113,3%	114,4%	102,6%	113,1%	109,6%
	Valor	12.142.553	17.922.725	14.850.818	6.668.756	9.378.245	14.360.165	13.670.528	15.246.162	16.451.048	3.232.405	14.748.468	11.294.828
ICR - Índice de Capital Regulatório	Índice	81,5%	83,8%	81,7%	73,9%	74,6%	76,2%	73,5%	73,4%	74,7%	68,8%	74,6%	73,5%
	Valor	-26.049.002	-23.043.730	-26.150.519	-38.041.247	-37.337.424	-35.159.273	-39.661.739	-40.213.964	-38.538.984	-48.352.550	-39.439.530	-41.522.457
MRL - Margem de Resultado Líquido	Índice	-2,2%	7,9%	2,0%	-3,6%	-1,8%	0,4%	-1,2%	-0,8%	-0,1%	-1,4%	0,3%	0,1%
	Valor	-15.377.924	4.409.705	2.165.377	-6.474.488	-4.301.015	-1.263.093	-4.135.031	-3.461.147	-669.988	-7.760.210	1.550.548	740.110
ISV - Índice de Vínculo	Índice	153,3%	155,3%	153,2%	148,4%	153,0%	156,4%	157,0%	158,9%	158,4%	151,4%	156,5%	156,6%
	Valor	42.791.708	44.102.998	43.283.756	40.942.235	43.761.708	45.960.202	46.697.215	48.093.023	48.302.876	42.857.902	45.983.178	46.407.051
ICA - Índice Combinado Ampliado	Índice	0,982	0,977	0,979	0,988	0,975	0,961	0,949	0,951	0,951	0,965	0,958	0,958
IEG - Índice de Endividamento Geral	Índice	68,3%	66,9%	68,1%	69,9%	69,1%	68,0%	69,3%	68,6%	68,3%	72,6%	69,9%	70,5%
	Pontuação	55	75	73	50	67	70	70	70	70	68	71	70
	Classif.	Grave I	Alerta	Alerta	Grave I	Grave I	Alerta	Alerta	Alerta	Alerta	Grave I	Alerta	Alerta

Fonte: Unimed do Brasil

QUALIDADE EM FOCO

O **Escritório Corporativo de Qualidade** foi estruturado dentro da Gerência de Estratégia, Governança, Risco e Compliance (eGRC) – setor estratégico que visa promover integração, transparência e apoiar a Alta Direção no desdobramento do planejamento estratégico, no cumprimento das normativas vigentes, requisitos de qualidade, proteção de dados, controles internos, compliance e gestão de risco.

Com atuação em todos os recursos próprios e processos da instituição, a Gerência é composta por quatro áreas: **Governança Corporativa, Estratégia, Qualidade Corporativa e Compliance**, envolvendo desde o desenvolvimento de um sistema estruturado de boas práticas e a promoção de um sistema de gestão interno de integridade até a melhoria contínua dos processos e excelência na experiência do paciente/beneficiário.

POLÍTICAS EM DESTAQUE

Direcionar as condutas e institucionalizar normas e regras na Cooperativa. Com esses objetivos, foram aprovadas pelo Conselho de Administração as primeiras 10 políticas da organização. São elas: política de Governança Corporativa, de Qualidade Corporativa, de Gestão de risco, de Controles Internos, política Geral da Segurança da Informação, de Gestão com Pessoas, de Medidas Disciplinares e Consequências, política da Classificação da Informação e Qualidade dos Dados, política de Controle de Acessos e a política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais.

CONSCIENTIZAÇÃO PERMANENTE

As políticas que tratam de privacidade, segurança e proteção dos dados destacam a importância da informação e da conscientização constante dos públicos envolvidos no tratamento dos dados da Cooperativa, motivo pelo qual a divulgação do tema proteção de dados foi constante ao longo do ano, por meio de ações como a 2ª temporada do Hacker Rangers – plataforma gamificada para programas corporativos de conscientização em segurança da informação. Colaboradores de todos os setores da organização se mobilizaram para a disputa. Esse público tem papel fundamental na luta contra o cibercrime e precisa estar ciente das melhores práticas de proteção, para se esquivar de golpes que podem afetar a Cooperativa como um todo.

HACK3R_ RANGER5 | Unimed Maceió

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Nossa carteira de clientes registrou um crescimento superior a 5%, equivalente a 6.683 vidas, num ano desafiador como 2022, em que preço foi um grande desafio de mercado. Entre as iniciativas que favoreceram esse resultado está a criação de um novo canal de vendas, com foco na comercialização para pequenas e médias empresas (PME). Essa ação possibilitou a inserção da Unimed Maceió em um novo mercado, com dezenas de vendedores atuando com a marca na ponta. Todo o processo foi estruturado de forma digital, para garantir agilidade e segurança na comercialização, por meio dos corretores da região, que podem, de qualquer lugar, comercializar os produtos da Cooperativa. Complementando o trabalho dos consultores, a contratação dos planos também pode ser feita diretamente pelo site *unimedmaceio.com.br*.

Na outra ponta, no relacionamento com o cliente empresarial, grandes contratos foram renegociados. Com um olhar mais atento à evolução da sinistralidade, e numa ação sistemática, a evolução da receita com os reajustes aplicados foi da ordem de 12,63% – índice bem superior ao IPC Fipe Saúde, utilizado como referência nos reajustes e que, em junho, fechou em 1,8%.

A parceria entre a área comercial e o Espaço Viver Bem possibilitou a ação de prevenção e promoção de saúde e o levantamento de casos crônicos entre os beneficiários das empresas clientes, viabilizando sua inserção no Programa Viver Bem, para acompanhamento da equipe multiprofissional do Serviço. Oito empresas foram beneficiadas por esse trabalho, que atingiu mais de 2 mil colaboradores.

CONTROLES IMPORTANTES

A implantação do setor de Junta Médica resultou num custo evitado de mais de R$ 1,4 milhão, no período de 05 meses. Já o trabalho da Auditoria de Intercâmbio no Hospital Unimed reduziu o percentual de cobranças indevidas de 14,9% para 1,8%.
Ainda sobre o intercâmbio, o alinhamento das regras sobre cobranças indevidas, não contempladas na tabela do intercâmbio nacional, levou à diminuição do percentual de glosa recebida de 13% para 4% no Intercâmbio Nacional e de 11% para 6%, no Intercâmbio Estadual.

CAPITAL HUMANO

Uma pesquisa de clima organizacional, que indica o grau de satisfação dos colaboradores com diferentes aspectos da cultura e da realidade da empresa, mostrou que 86% dos participantes estão satisfeitos com a Unimed Maceió. Foram ouvidas 550 pessoas. Iniciada uma nova etapa do Programa de Gestão por Competências, que visa valorizar o capital humano e otimizar os resultados da Cooperativa.

AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO

O Espaço Viver Bem, nosso Serviço de Medicina Preventiva, assistiu 8 mil beneficiários no programa Gerenciamento em Saúde, por meio de videoconsultas, monitoramento e atendimento em consultório. Além do cuidado com os beneficiários, que incluiu ações em empresas e campanhas como a do Outubro Rosa, o Serviço levou informações e orientações importantes para a população: quase 7 mil pessoas foram alcançadas em eventos realizados em vários locais de Maceió, a exemplo da Meia Maratona Coop. O programa de Atenção Primária à Saúde (APS) iniciou o projeto Coordenação do Cuidado, que resultará na ampliação da APS.

LETRAMENTO E HUMANIZAÇÃO

O programa Parto Adequado investiu no letramento das gestantes com atendimento por enfermeira obstétrica, resultando num aumento de 12,1% do percentual de partos normais e redução equivalente de cesarianas, quando comparados os dados entre esse público e as gestantes sem o letramento. Outros avanços importantes: na avaliação da indicação clínica de todas as cesarianas do letramento, 64,2% ocorreram após o início do trabalho de parto e/ou rompimento de bolsa das águas e, dentre as cesarianas eletivas, 95,4% ocorreram após 39 semanas, que é o objetivo do parto adequado. A linha de cuidado vai desde o pré-natal no Centro Médico até o parto no Hospital Unimed.

Unimed
Maceió

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Disponível	**4g / 5**	**1.401.951**	**8.739.548**
Realizável		**343.786.649**	**308.379.083**
Aplicações financeiras	**4c / 6**	251.059.681	220.402.934
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		129.486.122	123.040.884
Aplicações livres		121.573.559	97.362.050
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**4b / 4d / 7**	58.727.888	61.202.927
Contraprestações pecuniárias a receber		56.199.295	48.772.692
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.076.081	11.880.131
Participação beneficiários em eventos indenizáveis		452.512	550.104
Créditos de operações de assist. à saúde não relacionados c/ planos de saúde da operadora	**4e / 8**	9.017.687	3.167.358
Créditos tributários e previdenciários	**4g / 9**	10.437.266	9.934.371
Bens e títulos a receber	**4f / 10**	14.173.150	13.438.707
Despesas antecipadas		339.615	224.136
Conta corrente com cooperados	**4g / 11**	31.362	8.650
		345.188.600	**317.118.631**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo		**24.173.318**	**28.437.391**
Depósitos judiciais e fiscais	**4g / 12**	10.494.100	8.486.125
Conta corrente cooperados	**4g / 11**	13.679.218	19.951.266
Investimentos	**4h / 13**	**3.888.716**	**3.483.709**
Participações societárias pelo método de custo		3.888.716	3.483.709
Imobilizado	**4i /4j /4l / 14**	**26.403.109**	**23.795.811**
Imóveis de uso próprio		14.209.261	13.634.381
Hospitalares		3.093.858	3.190.016
Não hospitalares		11.115.403	10.444.365
Imobilizados de uso próprio		9.721.337	8.148.811
Imobilizado – hospitalares		8.117.498	7.114.609
Imobilizado – não hospitalares		1.603.839	1.034.202
Outras imobilizações		1.913.122	2.012.619
Direito de Uso de Arrendamentos		559.389	–
Intangível	**4k / 4l / 15**	**310.900**	**544.761**
		54.776.043	**56.261.672**
Total do ativo		**399.964.643**	**373.380.303**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

Passivo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**4b / 4m / 16**	158.964.459	153.544.008
Provisões de contraprestações		41.184.153	36.938.053
Provisão de contraprestações não ganhas – PCNG		38.861.395	35.099.746
Provisão para remissão		2.322.758	1.838.307
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		5.841.027	6.531.524
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		36.742.045	37.722.676
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		75.197.234	72.351.755
Débitos de operações com assistência à saúde		1.453.281	4.813.868
Contraprestações a restituir		93.039	420.495
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		584.254	
Operadoras de planos de assistência à saúde		775.988	4.393.373
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		5.534.020	515.317
Provisões	**4b / 4q / 17**	80.711	20.217
Provisão para ações judiciais		80.711	20.217
Tributos e encargos sociais a recolher	**4n / 18**	19.782.031	18.957.500
Empréstimos e financiamentos a pagar	**4o / 19**	10.164.000	3.000.000
Débitos diversos	**4p / 20**	24.985.257	20.079.075
Conta corrente cooperado		3.489.056	1.765.635
		224.452.815	**202.695.620**
Não circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**4b / 4m / 16**	3.551.554	2.064.121
Provisões de contraprestações		2.550.183	2.064.121
Provisão para remissão		2.550.183	2.064.121
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		1.001.371	–
Provisões	**4b / 4q / 17**	13.724.391	20.298.155
Provisões para tributos diferidos		217.826	232.858
Provisões para ações judiciais		13.506.565	20.065.297
Tributos e encargos sociais a recolher	**4n / 18**	12.250.333	20.095.121
Tributos e contribuições		6.255.313	7.408.291
Tributos e contribuições relacionados à IN 20 (cooperativas) – parcelamento		5.995.020	12.686.830
Empréstimos e financiamentos a pagar	**4o / 19**	31.000.000	10.000.000
Débitos diversos	**4p / 20**	163.855	–
		60.690.133	**52.457.397**
Patrimônio líquido	**21**		
Capital social		107.282.465	47.217.899
Reservas		7.539.230	71.009.387
Reserva de reavaliação		604.235	666.314
Reservas de sobras		6.934.995	70.343.073
Resultado		–	–
Sobras à disposição da AGO		–	–
		114.821.695	**118.227.286**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**399.964.643**	**373.380.303**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	**4s**	**772.894.463**	**738.643.926**
Receitas com operações de assistência à saúde		778.996.815	744.049.390
Contraprestações líquidas	**22**	779.967.329	745.985.856
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(970.514)	(1.936.466)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.102.352)	(5.405.464)
Eventos indenizáveis líquidos / sinistros retidos	**4t**	**(719.484.111)**	**(686.732.613)**
Eventos conhecidos ou avisados	**23**	(716.638.633)	(679.094.105)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(2.845.478)	(7.638.508)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**53.410.352**	**51.911.313**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**24.192**	**26.893**
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		**34.152.157**	**22.582.748**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		16.035.988	17.975.100
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assistência médico-hospitalar		17.183.252	3.341.792
Outras receitas operacionais		932.917	1.265.856
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		**(26.411.599)**	**(16.273.478)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(15.451.754)	(10.250.183)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.941.048)	(1.636.775)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		-	286.275
Provisão para perdas sobre créditos		(9.018.797)	(4.672.795)
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relacionadas c/ pl. de saúde da operadora		**(18.582.456)**	**(32.099.841)**
Resultado bruto		**42.592.646**	**26.147.635**
Despesas de comercialização		**(3.198.734)**	**(5.235.485)**
Despesas administrativas		**(52.113.948)**	**(40.472.751)**
Resultado financeiro líquido		**17.937.642**	**7.416.634**
Receitas financeiras		27.063.960	14.105.267
Despesas financeiras		(9.126.318)	(6.688.633)
Resultado patrimonial		**1.075.498**	**665.751**
Receitas patrimoniais		1.157.795	671.276
Despesas patrimoniais		(82.297)	(5.525)
Resultado antes dos impostos e participações		**6.293.104**	**(11.478.216)**
Imposto de renda	**4n / 26**	(5.971.656)	(2.861.079)
Contribuição social	**4n / 26**	(2.158.436)	(1.038.629)
Resultado líquido do exercício	**4r**	**(1.836.988)**	**(15.377.924)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

		RESERVAS						
	Capital social	Fundo de reserva	RATES	Reserva de Reavaliação	Fundo de Solvência	Reserva para contingências	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**47.096.761**	**15.391.869**	**1.873.196**	**729.291**	**61.045.481**	**–**	**7.332.576**	**133.469.174**
Destinações conforme AGO – 11/03/2021								
Constituição reserva contingência – COVID19	–	–	–	–	–	6.806.965	(6.806.965)	–
Constituição fundo de solvência	–	–	–	–	525.611	–	(525.611)	–
Movimentação do exercício:								
Integralização de capital	1.022.415	–	–	–	–	–	–	1.022.415
Baixa de cooperados	(901.277)	–	–	–	–	–	–	(901.277)
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(77.875)	–	–	77.875	–
Baixa impostos reserva de reavaliação	–	–	–	14.898	–	–	–	14.898
Utilização RATES	–	–	(61.176)	–	–	–	61.176	–
Reversão reserva para contingências – COVID19	–	–	–	–	–	(6.806.965)	6.806.965	–
Resultado do exercício:								
Perdas do exercício	–	–	–	–	–	–	(15.377.924)	(15.377.924)
Destinações estatutárias:								
Absorção perdas fundo de reserva	–	(8.431.908)	–	–	–	–	8.431.908	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**47.217.899**	**6.959.961**	**1.812.020**	**666.314**	**61.571.092**	**–**	**–**	**118.227.286**
Movimentação do exercício:								
Integralização de capital	61.571.092	–	–	–	(61.571.092)	–	–	–
Baixa de cooperados	(1.506.526)	–	–	–	–	–	–	(1.506.526)
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(77.112)	–	–	–	(77.112)
Baixa impostos reserva de reavaliação	–	–	–	15.033	–	–	–	15.033
Utilização RATES	–	–	(209.282)	–	–	–	209.282	–
Resultado do exercício:								
Perdas do exercício	–	–	–	–	–	–	(1.836.988)	(1.836.988)
Destinações estatutárias:								
Absorção perdas fundo de reserva	–	(1.627.706)	–	–	–	–	1.627.706	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**107.282.465**	**5.332.257**	**1.602.738**	**604.235**	**–**	**–**	**–**	**114.821.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Recebimentos de plano de saúde	843.588.114	789.531.130
Resgate de aplicações financeiras	1.370	10.960.025
Outros recebimentos operacionais	225.914.815	211.827.632
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(536.192.272)	(528.461.709)
Pagamento de comissões	(783.636)	(114.724)
Pagamento de pessoal	(57.806.051)	(52.859.245)
Pagamento de pró-labore	(2.422.472)	(2.263.660)
Pagamento de serviços de terceiros	(242.977.666)	(224.733.309)
Pagamento de tributos	(24.233.158)	(7.456.232)
Pagamento de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias)	(8.476.573)	(10.288.643)
Pagamento de aluguel	(414.978)	(326.842)
Pagamento de promoção e publicidade	(335.590)	(662.684)
Aplicações financeiras	–	(3.234.597)
Outros pagamentos operacionais	(196.095.963)	(173.178.597)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(234.060)**	**8.738.545**
Atividades de investimento		
Recebimento de dividendos	159.921	95.658
Pagamento de atividades de financiamento	–	61.470
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – hospitalar	(1.812.121)	(1.470.268)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(3.220.559)	(2.078.398)
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(6.120)	(6.120)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(4.878.879)**	**(3.397.658)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financ./Leasing	(380.738)	(222.097)
Pagamento da Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(1.843.920)	(1.843.915)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(2.224.658)**	**(2.066.012)**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(7.337.597)**	**3.274.875**
Caixa – saldo inicial	8.739.548	5.464.673
Caixa – saldo final	1.401.951	8.739.548
Variação de caixa e equivalente de caixa	**(7.337.597)**	**3.274.875**
Ativos livres		
Ativos Livres no Início do Período	106.101.598	126.197.771
Ativos Livres no Final do Período	122.975.510	106.101.598
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – Recursos livres	**16.873.912**	**(20.096.173)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **UNIMED MACEIÓ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Sociedade Cooperativa, nos moldes da Lei 5.764/71, devidamente inscrita no CNPJ/MF 12.442.737/0001-43 e na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob a autorização de funcionamento de número **32.768-9**, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, que se proponham a associar bens e serviços para o exercício de atividades econômicas de proveito comum e sem fins lucrativos.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A atividade principal é a Operacionalização de Planos de Assistência à Saúde nas modalidades de Valor Determinado (Preço Preestabelecido) e por Serviços Realmente Prestados (Preço Pós-Estabelecido) e conta com serviços próprios de Atendimento Hospitalar, Medicina Preventiva, SOS, Quimioterapia, Saúde Ocupacional, Atendimento Domiciliar e Fisioterapia, e possui contratos firmados com a Rede de Serviços Credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios). A atividade vem sendo exercida através da operacionalização de serviços de assistência médica para pessoas físicas e jurídicas.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 528 de 28 de abril de 2022, consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, de forma a permitir a comparabilidade.
A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 27 de janeiro de 2023.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) REGIME DE ESCRITURAÇÃO

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica o reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

d) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos – "Provisão de contraprestação não ganha – PCNG", e posteriormente sendo reconhecidos como

"contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações.
A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN ñ 528 DIOPE/ANS.

e) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA
São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Operadora", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a outras operadoras de planos médico-hospitalares.
A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN ñ 528 DIOPE/ANS.

f) BENS E TÍTULOS A RECEBER
Representados essencialmente pelo grupo de estoques, indispensável ao funcionamento da Operadora para realização do serviço assistencial à saúde, sendo avaliado ao custo médio ponderado de aquisição.

g) DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES
São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

h) INVESTIMENTOS
Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, atualizados conforme decisões de assembleias.

i) IMOBILIZADO
Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais.

j) ARRENDAMENTO
A Operadora avalia se um contrato é ou contém arrendamento, se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.
O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na conta "Imobilizado".
O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecida na conta "Passivo de Arrendamentos".
Como arrendatária, a Operadora identificou contratos que contêm arrendamentos, referentes aos aluguéis de sua sede e dos seus recursos próprios que têm vigência entre 3 e 5 anos.
No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

k) INTANGÍVEL
Com as alterações nas Leis nº 6.404/76 e nº 11.941/09, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.
O pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deva

reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também especifica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

l) AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

m) PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 e RN 442/2018 e alterações posteriores, com exceção da provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas notas fiscais de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 528/2022 e suas alterações vigentes.

n) TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando à tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, exceto para as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, que são tributáveis mesmo sendo tratadas como ato cooperativo, conforme súmula nº 262 do STJ, bem como considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09.

Os atos cooperativos principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os atos cooperativos auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.

o) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Registrados pelo valor principal, acrescidos dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

p) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

q) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;

iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

r) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes.

s) RECONHECIMENTO DA RECEITA

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

t) RECONHECIMENTO DOS EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das notas fiscais apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas notas fiscais não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores e cooperados que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades em planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

v) NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 06 (R2) - Arrendamentos, CPC 11 - Seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado, as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes, no qual, em alguns casos, não aplica integralmente as situações destacadas nesses pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

w) ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras, instituído pela RN 528/2022, entrou em vigor a partir de 01/01/2022, requereu a adoção dos seguintes pronunciamentos. A Unimed adotou os pronunciamentos a partir do exercício de 2022, sendo eles:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

IFRS	CPC	Pronunciamentos	Vigência
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	01/01/2022
IFRS 17	CPC 47	Receita de contrato com cliente	01/01/2022

CPC 06 R2 (IFRS 16)
A Unimed aplicou inicialmente a CPC 06 (R2) – IFRS 16 – "Arrendamentos" a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Foi utilizada a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido como ajuste aos saldos de abertura e, consequentemente, a informação comparativa do ano de 2021, para esse assunto, não foi reapresentada. Não houve efeitos no patrimônio líquido e no resultado advindos da adoção inicial.
Até 31 de dezembro de 2021, a Unimed aplicava a CPC 06 (R1) - IAS 17 e interpretações relacionadas. Atualmente, a Unimed avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

CPC 47 (IFRS 17)
O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador.
A partir de 01.01.2022, a Unimed, conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, quanto à contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passou a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Dessa forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada.
A movimentação e composição das contas é apresentada em conformidade com o Capítulo III, da RN 528/2022.

5. DISPONÍVEL

	2022	2021
Caixa	10.543	6.953
Banco conta movimento	1.391.408	8.732.595
Total	**1.401.951**	**8.739.548**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		2022	2021
Garantidoras de provisões técnicas			
Banco Safra S/A	Fundo ANS FI RF Saúde	15.492.581	14.055.275
Banco Santander S/A	Fundo ANS FI RF Saúde	10.752.788	9.753.842
Banco do Brasil S/A	Fundo ANS FI RF Saúde	16.709.101	15.154.767
Bansicred	Fundo ANS FI RF LP	14.818.586	13.739.862
Caixa Econômica Federal	FI Saúde Suplementar ANS RF	4.118.218	3.732.245
Banco Itaú S/A	Fundo ANS FI RF LP	26.995.877	24.490.419
Sicredi	Fundo ANS FI RF LP	37.499.116	42.114.474
Safra		3.099.855	-
Subtotal		**129.486.122**	**123.040.884**
Livres			
Depósitos bancários a prazo – CDB/RDB			
Sicredi	RDC Master	3.200.000	5.211.946
Banco Safra S/A	Renda Fixa	37.440	34.367
Banco Santander S/A	Renda Fixa	18.067	207.800
Banco do Brasil S/A	RF LP Corp	3.442.488	176.994
Banco Itaú	CDIC	826.935	–
Banco Santander	CDIC	6.324.692	–
		13.849.622	**5.631.107**
Cotas de fundos de investimentos			
Banco Santander S/A	FIC Corporate RF DI	2.483	164.331
Banco Santander S/A	FI Master RF Cred. Priv LP – XSFC	20.304.543	18.221.316
Banco Santander S/A	FI master renda fixa	1.202.722	1.402.699
Banco Santander S/A	FIC FI	–	1.719.695
Banco Santander S/A	FI Institucional RF REF DI	32.182	3.857.439
Banco Santander S/A	FI Institucional RF REF DI	–	1.737.752
Banco Itaú S/A	MIX Crédito Privado	9.355.016	6.612.689
Banco Santander S/A	FI Master RF Cred. Priv LP F3– XSFC	4.569.961	9.106.868
Warren	FI Renda Crédito Privado XVI Capital	235.810	–
Banco Daycoval S/A	Fundo imobiliário	46.980.441	16.980.441
Banco Warren Brasil Investimento	Fundo imobiliário	2.282.075	2.374.241
Banco Warren Brasil Investimento	Fundo imobiliário	2.000.012	–
		86.965.245	**62.177.471**
Outros títulos de renda fixa			
Banco Itaú S/A	MIX Crédito Privado	16.219.394	14.557.738
Banco Safra S/A	Renda Fixa	32.505	29.329
Banco do Brasil S/A	RF LP Corp	4.422.055	14.942.290
Banco Santander S/A	Contmax	84.738	24.115
		20.758.692	**29.553.472**
Subtotal		**121.573.559**	**97.362.050**
Total		**251.059.681**	**220.402.934**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2022	2021
Contraprestação – preestabelecidos		
Individual	29.481.971	26.636.041
(–) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(5.150.169)	(4.289.450)
Coletivo	24.336.425	23.619.451
(–) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(2.015.739)	(1.537.966)
Coletivo a receber – pós	9.546.807	4.344.616
(–) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	–	–
	56.199.295	48.772.692
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Contraprestação corresponsabilidade assumida	9.082.378	11.880.131
(–) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC	(7.006.297)	–
	2.076.081	11.880.131
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis		
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis	452.512	550.104
	452.512	550.104
Total	58.727.888	61.202.927

Corresponde a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA OPERADORA

	2022	2021
Contas a receber – atendim. particular e convênio		
Créditos a receber	123.236	92.523
(–) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(10.236)	(19.829)
Câmara de compensação	1.448.614	12.053.395
(–) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC	(1.448.614)	(12.053.395)
	113.000	72.694
Intercâmbio a receber – atendimento eventual		
Intercâmbio a receber	8.984.162	6.295.181
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC	(79.475)	(3.200.517)
	8.904.687	3.094.664
Total	9.017.687	3.167.358

Corresponde a créditos com outras Unimeds (Intercâmbio a receber) referentes a taxa de administração e reembolso de atendimentos. Provisão para Perda Sobre Créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 528/ANS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte	6.882.448	7.298.678
Créditos de PIS e COFINS	1.253.433	1.103.844
Outros créditos tributários	2.301.385	1.531.849
Total	**10.437.266**	**9.934.371**

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2022	2021
Estoques	6.583.132	4.980.227
Adiantamentos	495.510	532.992
Outros créditos	7.094.508	7.925.488
Total	**14.173.150**	**13.438.707**

11. CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

		2022	2021
Circulante			
Conta corrente com cooperados		31.362	8.650
Não Circulante			
Conta corrente com cooperados	(a)	13.679.218	19.951.266
Total		**13.710.580**	**19.959.916**

(a) Em 20 de outubro de 2008, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou a Instrução Normativa nº 20, que define a forma das operadoras de planos de saúde contabilizarem as obrigações legais definidas pelo CPC 25. De acordo com o art. 4º da referida instrução, as operadoras classificadas na modalidade de cooperativas médicas, que, na Assembleia Geral Ordinária relativa ao exercício de 2008, deliberarem pela transferência da responsabilidade de pagamento das obrigações legais para seus cooperados, poderão contabilizar no passivo não circulante as obrigações legais, tendo como contrapartida o ativo circulante.

	2022	2021
INSS	2.098.912	3.066.577
PIS	1.598.955	2.329.980
COFINS	8.112.252	12.703.315
IRPJ/CSLL	1.869.099	1.851.394
Total	**13.679.218**	**19.951.266**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Corresponde a valores depositados, efetuados em decorrência de demandas judiciais motivadas por ações cíveis, trabalhistas e tributárias movidas contra a Cooperativa:

	2022	2021
Eventos e sinistros	854.182	854.182
Cíveis	8.876.514	6.868.540
Tributárias	763.404	763.403
Total	**10.494.100**	**8.486.125**

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, das capitalizações de sobras e juros sobre capital, conforme decisões de Assembleias. As contas de investimentos estão representadas por:

	2022	2021
Participações societárias pelo método do custo		
Participações em operadoras e rede assistencial		
Central Nacional Unimed	**930.155**	**930.155**
	930.155	930.155
Participações em Instituições Reguladas		
Unimed Norte/Nordeste	210.389	210.389
Sicredi - Sede	1.373.157	1.238.271
Unimed Seguradora	727.610	646.706
Sicredi - Hospital	11.206	8.600
Outras participações	**2.322.362**	**2.103.966**
Unimed Alagipe	520.150	333.539
Unimed Participações	116.049	116.049
	636.199	**449.588**
Total	**3.888.716**	**3.483.709**

Nossa cooperativa, nossas escolhas, nossos resultados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

14. IMOBILIZADO

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2021	Movimentação Custo	Movimentação Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Imóveis de uso próprio					
Terrenos	–	1.139.476	–	–	1.139.476
Edificações	25	2.050.540	155.974	(252.132)	1.954.382
Subtotal imóveis – hospitalares		3.190.016	155.974	(252.132)	3.093.858
					–
Terrenos	–	7.164.523	–	–	7.164.523
Edificações	25	3.279.842	1.009.398	(338.359)	3.950.881
Subtotal imóveis – não hospitalares		10.444.365	1.009.398	(338.359)	11.115.404
Subtotal imóveis de uso próprio		13.634.381	1.165.372	(590.491)	14.209.262
Imobilizado de uso próprio					
Instalações	10	57.268	698.892	(23.076)	733.084
Máquinas e equipamentos	10	5.026.569	588.242	(651.406)	4.963.405
Materiais de informática e periféricos	5	347.529	408.260	(174.279)	581.510
Móveis e utensílios	10	1.417.875	505.608	(260.953)	1.662.530
Veículos	5	265.368	(290.657)	202.258	176.969
Subtotal hospitalares		7.114.609	1.910.345	(907.456)	8.117.498
Máquinas e equipamentos	10	84.375	(40.115)	28.370	72.630
Materiais de informática e periféricos	5	453.503	436.393	(107.378)	782.518
Móveis e utensílios	10	475.955	190.543	74.220	740.718
Veículos	5	20.369	(12.396)	–	7.973
Subtotal não hospitalares		1.034.202	574.425	(4.788)	1.603.839
Subtotal imobilizado de uso próprio		8.148.811	2.484.770	(912.244)	9.721.337
Outras imobilizações					
Hospitalares / odontológicos	10	2.012.619	46.978	(146.476)	1.913.121
Subtotal outras imobilizações		2.012.619	46.978	(146.476)	1.913.121
Arrendamentos					
Arrendamentos		–	615.000	(55.611)	559.389
Subtotal outras imobilizações		–	615.000	(55.611)	559.389
Total		23.795.811	4.312.120	(1.704.822)	26.403.109

15. INTANGÍVEL

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2021	Movimentação Custo	Movimentação Amortização	Saldos em 31/12/2022
Sistemas aplicativos – software	5	544.761	86.179	(320.040)	310.900
Total		**544.761**	**86.179**	**(320.040)**	**310.900**

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2022	2021
Circulante		
Provisões de contraprestações	41.184.153	36.938.053
Provisão de contraprestação não ganha – PCNG	38.861.395	35.099.746
Provisão para remissão	2.322.758	1.838.307
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	5.841.027	6.531.524
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	36.742.045	37.722.676
Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	75.197.234	72.351.755
	158.964.459	**153.544.008**
Não circulante		
Provisões de contraprestações	2.550.183	2.064.121
Provisão para remissão	2.550.183	2.064.121
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	1.001.371	-
	3.551.554	**2.064.121**
Total	**162.516.013**	**155.608.129**

PROVISÃO DE CONTRAPRESTAÇÃO NÃO GANHA – PCNG

Constituída com base nos contratos com preços preestabelecidos com prazo de cobertura (vigência e risco) subsequente à data do Balanço. A provisão é calculada *pro rata die*, conforme estabelecido no capítulo II, Seção V, da Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015 e atualizações.

PROVISÃO PARA EVENTOS A LIQUIDAR SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº 2 da Instrução Normativa nº 3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.

PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA OUTROS PRESTADORES

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 528/2022 e suas alterações vigentes.
Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinaram que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam aos critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

PROVISÃO PARA EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (PEONA)

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA constituída com base nos últimos 12 meses dos eventos ocorridos e avisados, está conforme metodologia própria aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, representada em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 74.077.010 (setenta e quatro milhões, setenta e sete mil, dez reais).
A Operadora efetuou, até 31 de dezembro de 2022, o cálculo da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS ,que representa o montante de R$ 1.120.223 (um milhão, cento e vinte mil, duzentos e vinte e três reais), apurado por metodologia regulamentada pela RN 393/2015 e alterações vigentes.

17. PROVISÕES

	2022	2021
Circulante		
Cíveis	80.710	20.217
	80.710	**20.217**
Subtotal – circulante	**80.710**	**20.217**
Não circulante		
Provisões para impostos diferidos	217.826	232.858
Subtotal provisões para impostos diferidos	**217.826**	**232.858**
Provisões para ações judiciais		
Cíveis	9.069.746	9.151.644
Tributárias	4.436.819	10.913.653
Subtotal provisões para ações judiciais	**13.506.565**	**20.065.297**
Subtotal – não circulante	**13.724.391**	**20.298.155**
Total	**13.805.101**	**20.318.372**

Adicionalmente, a Operadora é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R$ 29.588.574 (vinte e nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e quinhentos e setenta e quatro reais), em 31 de dezembro de 2022 (R$ 26.110.026, em 31 de dezembro de 2021). Dessa forma, foi definido não provisionar os processos, tendo como base o previsto no NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

18. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

		2022	2021
IRPJ e CSLL a recolher		1.319.791	1.315.913
ISS a recolher		152.128	467.791
INSS a recolher		1.332.721	1.194.667
FGTS a recolher		451.155	416.093
PIS e COFINS a recolher		106.579	577.509
Retenções de impostos e contribuições		6.696.233	5.925.231
Subtotal tributos e contribuições		**10.058.607**	**9.897.204**
Parcelamento de tributos e contribuições			
Parcelamento Lei 11941/2009 – Sede		72.743	112.423
Parcelamento Lei 11941/2009 – Hospital	**(a)**	8.221.796	9.091.727
Subtotal		**8.294.539**	**9.204.150**
Tributos e contribuições relacionados com a IN 20 (cooperados) – parcelamento			
Receita Federal do Brasil	**(b)**	13.679.218	19.951.266
Subtotal		**13.679.218**	**19.951.266**
Total		**32.032.364**	**39.052.621**
Circulante		**19.782.031**	**18.957.500**
Não circulante		**12.250.333**	**20.095.121**

(a) PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – HOSPITAL

Parcelamento ordinário de PIS e COFINS, parcelamento de débitos consolidados pela Lei 11.941/2009 remanescentes da Casa de Saúde São Sebastião e outros parcelamentos;

(b) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES RELACIONADOS À IN 20 (COOPERATIVAS) – PARCELAMENTO

Em 29/06/2011, a Receita Federal do Brasil consolidou os débitos dos contribuintes que realizaram a opção pelo parcelamento, nos termos da Lei 11.941/2009, no qual, após consolidação, estão sendo atualizados pela taxa SELIC. A Cooperativa optou por incluir nas regras estabelecidas da IN 20 e parcelar a dívida em 180 meses, sendo que foram pagas 146 parcelas, restando 22 parcelas. Dos valores mencionados, encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo, na rubrica de "Conta Corrente Cooperados"(vide nota nº 11), o montante de R$ 13.679.218 (treze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e dezoito reais).

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos					
Sicredi	Capital de giro	3,04% a.a + CDI	03/2028	31.000.000	-
Sicredi	Capital de giro	5,99% a.a.	04/2026	10.164.000	13.000.000
				41.164.000	**13.000.000**
Total				**41.164.000**	**13.000.000**
Circulante				**10.164.000**	**3.000.000**
Não circulante				**31.000.000**	**10.000.000**

20. DÉBITOS DIVERSOS

	2022	2021
Obrigações com pessoal	8.737.661	7.973.312
Fornecedores	14.847.571	9.286.992
Outros	1.400.025	2.818.771
Total	**24.985.257**	**20.079.075**

Passivo de arrendamento

A Operadora arrenda edifícios e veículos para seus e recursos próprios, e veículos para sua sede administrativa. As locações de imóveis e veículos operacionais geralmente são executadas por um período entre 3 e 5 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional igual, após o término do prazo do contrato. Ao término do prazo do contrato, a Operadora realiza novas negociações de contratações.

A Operadora adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2022, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2021. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Operadora, na data da aplicação inicial; e (ii) o valor do direito de uso do ativo na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa, como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022, conforme determina a RN 528/ANS.

Nas demonstrações financeiras de 2022, a Operadora apresenta os compromissos assumidos com contratos de aluguel de acordo com os pagamentos mínimos futuros nominais dos aluguéis, tendo como referência os prazos determinados nos contratos assinados. Apresentamos a seguir os compromissos firmados com terceiros e a adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2022:

	Veículos e Imóveis de uso hospitalar	Veículos de uso não hospitalar	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
Mensuração Inicial	431.840	183.160	615.000
Depreciação	(42.380)	(13.231)	(55.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**389.460**	**169.929**	**559.389**

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

Análise de vencimentos – Passivos de Arrendamento	Total
1 - 5 anos	545.832
5-10 anos	-
Mais que 10 anos	-
Total	**545.832**

Passivo de arrendamento incluído no Balanço Patrimonial	
Análise de vencimentos – Passivos de Arrendamento	**Total**
Circulante	417.293
Não Circulante	128.539
Total	**545.832**

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2022	2021
Capital social	107.282.465	47.217.899
Reservas	7.539.230	71.009.387
Reserva de reavaliação	604.235	666.314
Fundo de reserva	5.332.257	6.959.961
RATES	1.602.738	1.812.020
Fundo de solvência	-	61.571.092
Sobras à disposição da AGO	-	-
Total	**114.821.695**	**118.227.286**

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 está representado por R$ 107.282.465 (cento e sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), composto de quotas-partes indivisíveis, podendo ser transferidas entre cooperados mediante aprovação da Assembleia Geral.

A movimentação de cooperados no decorrer do exercício foi a seguinte:

	Quantidade de cooperados			
	31/12/2022	Admissões	Exclusões	31/12/2021
Pessoa Física	1.043	-	(40)	1.083

Estatutariamente e de acordo com a Lei Cooperativista nº 5.764/71, são previstas as seguintes destinações das sobras e constituições de reservas:

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Representada pelo saldo em 31/12/2022 no valor líquido de R$ 604.235 (Seiscentos e quatro mil, duzentos e trinta e cinco reais), já deduzido o valor da realização do exercício de 2022 e tributos diferidos, constituída em decorrência da reavaliação dos bens do ativo imobilizado.

RESERVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EDUCACIONAL E SOCIAL (RATES)

Conforme disposto no artigo 49 do Estatuto Social, o RATES é constituído à razão de 5% (cinco por cento) das sobras de cada exercício e destina-se a prestar amparo aos associados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados, sendo indivisível entre os associados.

No exercício de 2022, foi utilizado o valor de R$ 209.282 (duzentos e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais), totalizando assim o montante de R$ 1.602.738 (um milhão, seiscentos e dois mil e setecentos e trinta e oito reais).

FUNDO DE RESERVA

Conforme disposto no artigo 49 Estatuto Social, o Fundo de Reserva é constituído à razão de 10% (dez por cento) das sobras de cada exercício e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Operadora venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução ou liquidação.
No exercício de 2022, apresenta o saldo de R$ 5.332.257 (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais).

RESULTADO

Perdas apuradas em 31/12/2022 no valor R$ 1.627.706 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e seis reais), amortizadas integralmente pelo Fundo de Reserva.

22. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

Registradas no montante de R$ 779.967.329 (setecentos e setenta e nove milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e nove reais) no exercício de 2022 (R$ 745.985.856, no exercício de 2021), correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

23. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS

Registrados no montante de R$ 716.638.633 (setecentos e dezesseis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais) no exercício de 2022 (R$ 679.094.105, no exercício de 2021), correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

24. GARANTIAS FINANCEIRAS

PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no anexo I da RN nº 451/2020, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Cooperativa excede o valor do patrimônio mínimo – PMA exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

CAPITAL REGULATÓRIO – MARGEM DE SOLVÊNCIA

É uma reserva suplementar às provisões técnicas que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mau dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor, tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários. Em 31/12/2022, a margem de solvência calculada para Unimed Maceió está insuficiente, conforme demonstramos:

Margem de Solvência total (exigida em 2022)	215.263.279
Limitação - Capital regulatório - RN 451	75%
Capital regulatório parcial	161.447.459
(-) Ajuste despesas com programas aprovados	1.636.775
Capital regulatório 2022	159.810.684
Verificação – Capital regulatório	**(48.892.021)**
Verificação insuficiência capital regulatório	**Insuficiente**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

ATIVOS GARANTIDORES

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 521/2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a necessidade de lastro e vínculo da Unimed Maceió está suficiente, conforme resumo da situação dos ativos garantidores que demonstramos abaixo:

	2022
Total de ativos garantidores	**130.340.304**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	130.340.304
Vínculo de imóveis assistenciais	-
Necessidade de lastro	119.604.660
Verificação de suficiência de lastro	**Suficiente**
Necessidade de vínculo	85.067.413
Verificação de suficiência de vínculo	**Suficiente**

25. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros dos imóveis em valores de 31 de dezembro de 2022 está assim demonstrada:

Seguradora	Apólice	Local	Cobertura	Vigencia
Seguros Unimed	86899002441689000	Av. Dom Antônio Brandão, 395 - Farol	15.000.000	16/12/2022 a 16/12/2023
Seguros Unimed	0197020101180004350	Av. Fernandes Lima, 3113 - Farol	16.500.000	05/05/2022 a 05/05/2023
Seguros Unimed	0197020101180004530	Av. Geremias Porciúncula, 40 -Farol	1.000.000	09/05/2022 a 09/05/2023
Seguros Unimed	0197020101180003570	Rua Alcebíades Valente, 461 - Farol	3.000.000	17/04/2022 a 17/04/2023
Seguros Unimed	0197020101180007130	Av. Dom Antônio Brandão, 436 - Farol	1.000.000	06/07/2022 a 06/07/2023
Seguros Unimed	0197020101180008480	Rua Joaquim Nabuco, 81 - Farol	800.000	17/12/2022 a 17/12/2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

26. PROVISÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resumo da apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social está demonstrado da seguinte forma:

	2022
Lucro antes dos impostos	**6.293.104**
Adições (exclusões) permanentes	23.912.035
Adições (exclusões) temporárias	-
Exclusão ato cooperativo	(6.293.104)
Base de cálculo	**23.912.035**
IRPJ – 15% + Adicional – 10%	5.971.656
CSLL 9%	2.158.436
Total	**8.130.092**

27. CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Resultado líquido	**(1.836.988)**	**(15.377.924)**
Ajustes por:		
Depreciação	2.389.768	2.573.934
Amortização	236.528	250.884
Atualização de tributos	3.249.235	2.648.424
Aumento em investimentos	833.450	514.616
Saldo ajustado	**4.871.993**	**(9.390.066)**
Variação dos ativos operacionais		
Aplicações Financeiras	2.475.039	2.506.217
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(5.850.329)	(7.438.714)
Créditos operacionais de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da Operadora	(6.445.238)	(1.089.896)
Créditos tributários e previdenciários	(502.895)	(959.677)
Bens e títulos a receber	(734.443)	(1.583.314)
Despesas antecipadas	(115.479)	(128.408)
Realização longo prazo	4.264.073	4.249.714
Outros créditos a receber	(22.712)	179.462
	(6.931.984)	**(4.264.616)**
Variação dos passivos operacionais		
Provisões técnicas	6.907.884	14.314.775
Débitos de operações com assistência à saúde	(3.360.587)	744.009
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da Operadora	5.018.703	383.696
Provisões	60.494	(177.980)
Tributos e encargos sociais a recolher	824.531	622.920
Conta corrente com cooperado	1.723.421	212.444
Realização longo prazo	(14.418.552)	4.968.526
Débitos diversos	5.070.037	1.324.837
	1.825.931	**22.393.227**
Caixa líquido das atividades operacionais	**(234.060)**	**8.738.545**

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora, e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde, aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

FATORES DE RISCO

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) RISCO DE CRÉDITO

Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.
Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) RISCO DE LIQUIDEZ

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) RISCO DE TAXAS DE JUROS

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.
Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) RISCO OPERACIONAL

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.
A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de

controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e padrões éticos e comerciais.

e) RISCO DA GESTÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras, como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

29. TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS – TAP

A partir de 2020, em cada data de balanço, deve ser elaborado o TAP (ou "*Liability Adequacy Test*" – *LAT*) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste.
O Teste de Adequação de Passivo (TAP) foi estabelecido pela ANS com vigência a partir de 1º de janeiro/2020 e tem como fundamento estabelecer, através de métodos financeiros, estatísticos e atuariais, mensuração a valor presente. Com estimativa nos fluxos de caixa futuros, com base nas receitas de contratos assumidos na operação de assistência à saúde serão suficientes para custear as despesas com os beneficiários do plano de saúde (pelo pagamento regular dos prestadores assistenciais). Essa projeção deve estar de acordo com as regras e parâmetros definidos nos itens 9.1.4, 10.12.2 e 10.12.2.1 anexo Capítulo I – Normas Gerais da RN 435/2018 e alterações vigentes.
Na Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico, essas estimativas e responsabilidade desses cálculos foram realizadas pelo atuário responsável, Pedro Henrique Batista Candido de Souza – MIBA 2.901
Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de eventos, utilizando-se premissas atualizadas.
Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos deverão ser segregados, no mínimo, entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial, (iii) coletiva por adesão e (iv) corresponsabilidade assumida, agrupados por tipos ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada, definidas pela ANBIMA, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos.
Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente, como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a provisão – TAP.
O estudo atuarial referente ao TAP, contendo, no mínimo, os métodos atuariais, financeiros e estatísticos utilizados, as hipóteses e premissas consideradas para a projeção de cada variável estimada e seus resultados parciais para cada um dos grupos de contrato, deverá ser assinado pelo atuário responsável pelos cálculos, juntamente com o representante legal da operadora, devendo ficar disponível para consulta por pelo menos 5 anos.
Diante dos resultados apresentados, verificou-se que a Operadora apresentou SUFICIÊNCIA no Teste de Adequação de Passivos. Ressalta-se que o referido teste foi elaborado de acordo com as boas práticas atuariais, bem como em consonância com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

30. POLÍTICAS CONTÁBEIS – CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTES

A partir de 01/01/2022, a ANS introduziu a aplicação do Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As demonstrações de 2021 utilizadas para fins de comparabilidade não estavam respaldadas na referida legislação.
Para atendimento da CPC 47, realizamos a adequação com o intuito do efeito comparativo das demonstrações de 2021 com os ajustes implementados para 2022.
As mudanças de contabilização nas contas alteradas pelo plano de contas instituído através da

Resolução Normativa n° 528/2022, tiveram impacto nas linhas intermediárias da DRE, quando efetuada a comparabilidade entre os exercícios de 2021 e 2022, não ocorrendo mudanças no resultado final do exercício. Estamos apresentando a DRE de 2021 com as alterações nos grupos 311 e 411.
Conforme disposto na letra "f" do item 28 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, divulgamos abaixo os ajustes efetuados na DRE de 2021, apresentada para fins de comparabilidade:

		2021	
Conta	Nomenclatura	Ajustes a débito	Ajustes a crédito
311112	Cobertura Assistencial Com Preço Pós-Estabelecido	-	23.989.891
3117	(-) Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência à Saúde	-	23.989.891
411	Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde	23.989.891	-
4116	Eventos/ Sinistros Conhecidos ou Avisados Prestados Por Rede Indireta	23.989.891	

Essas mudanças ocorreram entre os planos de contas regulamentados pelas Resoluções Normativas n° 435/2018, 472/2021 e 528/2022. Dentre as principais mudanças ocorridas, os registros contábeis das operações de corresponsabilidade assumida, nos moldes constantes no item 6.2 das Normas Gerais do plano de contas padrão, merecem os seguintes destaques: em 2021, registros no grupo 3111X20X6 para 2022 passaram a ser registrados nesse grupo somente os valores de taxa de administração e diferença de tabela, com os demais valores registrados no grupo 411XX2084. Já os valores que em 2021 eram registrados no grupo (-) 3117, em 2022, passaram a ser registrados no grupo 4116, exceto taxa de administração.

A presente alteração visa atender ao disposto na NBC TG 23 (R2) (CPC 23) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Optamos por não apresentar uma terceira coluna na Demonstração do Resultado, pois a exigência de tal coluna ocorre apenas no Balanço Patrimonial, quando este é afetado, conforme define a NBC TG 26 (R5) – Apresentações das Demonstrações Contábeis, nos itens (38.C) e (40.A) Assim sendo, entendemos ser a melhor prática contábil a reclassificação de algumas linhas na DRE de 2021, conforme anteriormente disposto.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos, entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

32. EFEITOS DA PANDEMIA – COVID 19

A Diretoria manteve medidas para assegurar a continuidade da prestação dos serviços de assistência à saúde, minimizando quaisquer impactos em sua operação ou que pudessem afetar adversamente seu patrimônio.
Conservou as recomendações divulgadas pelos órgãos oficiais e, principalmente, as determinações do órgão regulador (ANS), monitorando ativamente as medidas anteriormente adotadas, como:
(a) o acompanhamento da evolução dos atendimentos na rede credenciada, assegurando a quantidade adequada de leitos para internações;
(b) implantação do atendimento por telemedicina;
(c) comunicação intensa sobre medidas de prevenção.
No início do exercício de 2022, ainda em função de uma nova onda de aumento de casos por uma variante da COVID19, mesmo que mais branda em função das ações de prevenção e do alto índice de vacinação, houve aumento nos eventos conhecidos ou avisados em consultas de urgência. Junto a isto, em fevereiro, a ANS decretou obrigatoriedade aos planos de saúde de custear os testes laboratoriais para diagnóstico da doença, o que gerou naquele momento um impacto financeiro considerável, diante da alta utilização.
No decorrer do ano, ainda tivemos mais duas ondas (entre julho e agosto, e novembro e dezembro) de contágio,

que geraram alerta na sociedade e, consequentemente, aumento na utilização de consultas e exames, porém sem impacto em internações.

Maceió/AL, 31 de dezembro de 2022.

Dr. Daniel de Macedo Veras
Diretor Presidente
CPF.: 477.478.384-68

Dra. Maria Magaly A. Medeiros
Diretora Administrativo-Financeira
CPF.: 411.623.314-53

Roberto Aparecido Andrade
Contador
CRC/SP 208904/O-4

AF&H Auditoria
Governança, Risco e Compliance

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores, Conselheiros e Cooperados da

Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico

Maceió – AL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico** (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Considerando a relevância dos valores envolvidos em relação ao patrimônio líquido da Operadora, a complexidade e forma de realização, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 que descreve que a Operadora possui registrado na rubrica "Conta corrente com cooperados – ativo não circulante", cujo saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 13.679.218 (treze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e dezoito reais) referente a responsabilidade assumida pelos cooperados da Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico, frente ao pagamento do parcelamento especial Lei nº 11.941/09, referente ao recolhimento de contribuições previdenciárias (INSS), impostos e contribuições federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL), conforme faculdade prevista na Instrução Normativa DIOPE/ANS nº 20/2008, aplicável exclusivamente as entidades cooperativas supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Conforme mencionado em nota explicativa nº 24 a Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2022 está com insuficiência de margem de solvência de R$ 48.892.021 (quarenta e oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil e vinte e um reais) conforme os parâmetros definidos pela Resolução Normativa nº 526 de 29 de abril de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esses assuntos.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores estão apresentados para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 11 de fevereiro de 2022 com opinião sem modificação e ênfase referente a complexidade e forma de realização do montante registrado na rubrica "conta corrente com cooperados – ativo não circulante e insuficiência de margem de solvência.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia desses controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de janeiro de 2023.

AF&H Auditores Independentes

CRC – 2SP038543/O-3

Danilo Soares Avila

Contador – CRC 1SP290567/O-9

Rogerio Marino

Contador – CRC 1SP187430/O-9

Unimed Maceió
www.unimedmaceio.com.br
Av. Fernandes Lima, 3.113 - Farol
57057-450 - Maceió - AL
T. (82) 2121-1600

FSC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed de Maceió Cooperativa de Trabalho Médico, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, realizaram 28 reuniões, sendo, 24 presenciais e 4 virtuais. Foram emitidas 26 correspondências internas. Contou com a assessoria do Sr. José Bento de Oliveira, contratado em maio de 2022.

Examinou os balancetes mensais do exercício de 2022, acompanhou atentamente a necessidade de manter a Margem de Solvência determinada pela ANS, realizou várias recomendações operacionais, administrativas, se reuniu com diretores e assessores para esclarecimentos, questionando o Conselho de Administração, sobre assuntos relativos à gestão (Marketing, Tecnologia da Informação, Jurídico, Recursos Próprios, Quimioterapia, OPME, Ascoop, Pacoop, Rede Credenciada e TEA).

Examinou as demonstrações contábeis da UNIMED MACEIÓ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, e o Relatório dos Auditores emitido em 27/02/2023 pela AF & H Auditores Independentes, sem nenhuma ressalva.

A Unimed teve sinistralidade alta com média de 92% durante o ano e consequentemente apurou perda no exercício no montante de R$ 1.627.706,00 que foi absorvido pelo Fundo de Reserva.

Recomenda que o Conselho de Administração continue focados no sentido de diminuir a sinistralidade da Unimed Maceió.

Este Conselho recomenda a aprovação das contas do exercício findo em 31/12/2022, pela Assembleia Geral Ordinária.

Maceió, 09 de março de 2023.

Dr. Pedro Henrique O. de Albuquerque
Coordenador

Dr. Inaldo de A. Medeiros D. Junior
Secretário

Dr. Carlos Alexandre F. de Oliveira
Conselheiro fiscal

Dr. Luiz Augusto Finotti
Conselheiro fiscal

Dra. Viviane de Omena Souza Costa
Conselheira fiscal

Dr. Anderson Teixeira Cavalcante
Conselheiro fiscal

PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS CONSTANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
UNIMED MACEIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Maceió/AL

1- Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora UNIMED MACEIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, CNPJ 12.442.737/0001-43, Registro na ANS 32.768-9, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendidas por: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas nessas demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS nº 528/22 e suas alterações.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuariais; e (b) análise do cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 393/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP.

3- A Operadora possui Nota Técnica Atuarial de Provisão vigente em dezembro/2022 para:

- Provisão de Remissão comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial do 4º trimestre de 2021. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2022 para essa provisão é de R$ 4.872.940,72, o qual divide-se em R$ 2.322.757,65 de obrigações a curto prazo e R$ 2.550.183,07 de obrigações a longo prazo.

- Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial do 4º trimestre de 2021. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2022 para essa provisão é de R$ 74.077.010,38.

4 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente o registro dos valores das provisões técnicas calculados por NTAP vigente em dezembro/2022 e informados à Operadora.

Belo Horizonte, 10 de março de 2023.

Plurall Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda
CIBA nº 83

MARCOS VINICIUS SANTOS DE CARVALHO:08793309619
Assinado de forma digital por MARCOS VINICIUS SANTOS DE CARVALHO:08793309619
Dados: 2023.03.10 14:43:03 -03'00'

Marcos Vinicius Santos de Carvalho
Coordenador Técnico-Atuarial
MIBA/MTE nº 3.026

BEATRIZ RESENDE RIOS DA MATA PFEILSTICKER:05726020650
Assinado de forma digital por BEATRIZ RESENDE RIOS DA MATA PFEILSTICKER:05726020650
Dados: 2023.03.10 16:14:33 -03'00'

Beatriz Resende Rios da Mata Pfeilsticker
Diretora Técnica e Responsável Técnico-Atuarial
MIBA/MTE nº 1.474

ANS - N 32 768 - 9

Unimed
Maceió